

LEOBARK RODRIGUES/SECOM/TSE



A jurisprudência do TSE prevê que os critérios de elegibilidade

Vereador perde mandato após decisão da Justiça Eleitoral

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) manteve a cassação do mandato do vereador de Umbuzeiro (PB) Carlos Pessoa Neto (União). A decisão seguiu parecer do Ministério Público Eleitoral. Por unanimidade, os ministros negaram o recurso do parlamentar e determinaram a execução imediata da medida. Na eleição municipal de 2024, realizada em 6 de outubro, o político estava com os direitos políticos suspensos por condenação por improbidade administrativa. A restrição havia sido fixada por 3 anos, contados a partir do trânsito em julgado da ação, ocorrido em 25 de outubro de 2021. O impedimento terminou em 25 de outubro de 2024. Segundo o MP Eleitoral, os requisitos para disputar um cargo precisam estar atendidos na data do primeiro turno. Por isso, a retomada dos direitos após a votação não alterou a situação.

Paraíba se destaca em segurança

O estado da Paraíba ficou na 2ª posição nacional entre os estados do Nordeste no pilar de Segurança Pública do Ranking de Competitividade dos Estados neste ano de 2026, elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP). No cenário nacional, o estado aparece em 9º lugar. O levantamento avalia indicadores ligados à segurança pessoal, patrimonial, violência sexual, sistema de Justiça criminal, mortes no trânsito e qualidade das informações sobre criminalidade.

REPRODUÇÃO



O levantamento avalia indicadores ligados à segurança

Eleitores com fibromialgia terão prioridade

Eleitoras e eleitores com fibromialgia terão atendimento prioritário no dia da votação nas seções eleitorais do Piauí. O primeiro turno das Eleições 2026 está marcado para o dia 4 de outubro. No Piauí, a lei estadual nº 7.628/2021 garante que pessoas com fibromialgia tenham atendimento prioritário em estabelecimentos públicos e privados do estado. A lei federal nº 15.176/2025 as reconhece como pessoas com deficiência. A iniciativa do TRE-PI é inédita e atende a solicitação da associação de Fibromiálgicos Piauienses (Fibropi).

Bancários de Sergipe entram em greve

Bancários de Sergipe decidiram iniciar uma greve a partir de hoje (10). A paralisação foi aprovada em assembleia e ocorre durante as negociações da categoria. O movimento deve atingir agências e serviços bancários no estado. A medida foi anunciada pelo Sindicato dos Bancários de Sergipe, que orienta os trabalhadores sobre a mobilização e as atividades previstas durante o período.

Programa

O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) recomendaram que 160 municípios adotem o Programa Seu Voto Importa. A iniciativa prevê transporte acessível e gratuito para eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida no dia da eleição. Dos 184 municípios cearenses, 24 já aderiram.

E-título

Pernambuco ocupa a 7ª posição entre os estados com maior número de emissões do e-Título, segundo dados da Justiça Eleitoral. O aplicativo permite acessar informações como título de eleitor, local de votação e situação cadastral. O serviço também oferece recursos digitais para justificar ausência e consultar débitos.

Dicionário

A psicóloga baiana Juscimária Bezerra lançou um dicionário temático de suicidologia para reunir conceitos usados na área e facilitar o acesso a informações sobre prevenção. A publicação apresenta termos relacionados ao estudo do suicídio, saúde mental, fatores de risco e proteção. O material busca apoiar profissionais.

Ação da polícia

A Polícia Civil de Sergipe investiga uma associação criminosas suspeita de fraudes. Um caso causou prejuízo de cerca de R\$ 136 mil. Segundo o Depatri, os suspeitos usaram anúncios e documentos falsos para simular a venda de um veículo. A vítima fez transferências após contatos com vendedores e funcionários de uma administradora.

Sorte

O concurso 3054 da Mega-Sena teve 41 apostas de Alagoas premiadas, segundo resultado divulgado pela Caixa Econômica Federal. Os jogos acertaram 4 ou 5 dezenas sorteadas e receberam valores conforme a quantidade de acertos. Nenhuma aposta do estado levou o prêmio principal. O concurso foi realizado na terça-feira (8).

Medidas

A Justiça determinou que o Município de Lago Verde, no Maranhão, adote medidas para encerrar o lixão próximo ao povoado Vila Bom Jesus. A decisão atende Ação Civil Pública do Ministério Público do Maranhão (MPMA). A prefeitura deverá interromper o descarte de resíduos de saúde e dar destino adequado ao material em até 30 dias.

CNJ



As orientações são dirigidas a candidatos, partidos políticos e coligações

Órgãos reforçam proteção contra pressão sobre eleitores

Orientações são destinadas a campanhas, partidos e municípios

Da Redação

O Ministério Público Eleitoral e o Ministério Público do Trabalho (MPT) expediram recomendações conjuntas para prevenir o assédio eleitoral e interferências na liberdade de voto de trabalhadores e servidores públicos durante as Eleições 2026 na Paraíba. As orientações são destinadas a candidatos, partidos políticos, coligações e federações, além do estado e dos municípios paraibanos.

Os órgãos orientam que relações de emprego, autoridade hierárquica ou estrutura administrativa não sejam usadas para pressionar, constranger, intimidar ou influenciar pessoas sobre voto ou participação em atividades político-eleitorais. Entre as condutas proibidas estão ameaças de demissão, exoneração, transferência, mudança de escala ou perda de vantagens por causa de preferência política.90

Também não é permitido oferecer ou prometer emprego, contratação, renovação de contrato, função, benefício econômico ou outra vantagem em troca de voto ou apoio. Trabalhadores e servidores não podem ser pressionados a participar de reuniões, comícios, carreatas,

caminhadas ou outros atos de campanha por causa do vínculo profissional ou funcional.

As recomendações impedem o uso de listas de empregados ou servidores, sistemas internos, grupos corporativos de mensagens, e-mails e outros canais institucionais para favorecer candidaturas. Propaganda eleitoral em ambientes de trabalho públicos ou privados também é proibida. Servidores e empregados da Administração não podem atuar em campanhas durante o expediente, salvo nas situações permitidas pela legislação.

Em caso de irregularidades, o Ministério Público Eleitoral poderá adotar medidas na Justiça Eleitoral. As condutas podem resultar em representações, ações por condutas vedadas, apurações sobre captação ilícita de sufrágio e investigações por abuso de poder político ou econômico. Conforme o caso, podem ocorrer multas, cassação de registro ou diploma, inelegibilidade e responsabilização criminal.

Na área trabalhista, o MPT poderá instaurar procedimentos investigatórios, propor Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e ajuizar ações civis públicas.